



SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DA NOVA LEGISLAÇÃO MINEIRA

Síntese das Discussões

No quadro da recolha de opiniões para o enriquecimento do Projecto de Código Mineiro, realizou-se, a 25 de Novembro de 2008, um seminário na sede da Sociedade Mineira de Catoca.

O evento, cuja abertura foi feita por Vossa Excelência, Senhor Ministro da Economia, Prof. Doutor Manuel Nunes Júnior, decorreu num clima de grande abertura e profundidade técnica das discussões.

Neste momento, cabe-nos fazer a súmula de algumas questões levantadas pelos participantes, as quais foram integralmente registadas e serão consideradas na revisão final a ser feita pela CTRLM, sendo que alguma foram já aqui assumidas e aceites pela Comissão.

Eis as questões mais discutidas:

1. O problema da distinção entre minerais estratégicos e minerais comuns, tendo-se questionado se a cada um dos minerais estratégicos deverá necessariamente corresponder uma concessionária.

Houve quem defendesse que esta categoria apenas pudesse ser atribuída aos minerais estratégicos. Colocou-se ainda a questão de saber se os critérios da lei seriam aplicados cumulativamente ou não.

A CTRLM esclareceu que a criação de concessionárias nacionais não é automática e que os diferentes critérios apontados pelo código deverão depois ser ponderados pelo Governo, visando a melhor salvaguarda do interesse público envolvido.

2. A questão dos Títulos Mineiros: Prospecção - Exploração e a garantia de que as entidades que prospectam tenham direito a explorar o mineral respectivo.

Esta questão ficou ultrapassada com a nova redacção adoptada pela CTRLM, a qual foi dada a conhecer aos participantes.



3. Transmissibilidade dos Títulos Mineiros.
4. Importância do processo de fiscalização.
5. O tratamento da questão das águas: Decisão se as águas subterrâneas serão tratadas pelo Código.
6. Algumas incoerências no Glossário.

Ficaram de ser revistas pela CTRLM

7. Questões Ficais: Taxas do Royaltie, entre a manutenção das taxas constantes do Código e a adopção de uma taxa fixa. Sobretaxa a aplicar em caso de sobre lucro.
8. Questões ambientais e a possibilidade de criação de um fundo único (a estudar).
9. Mineração em fundos marinhos.
10. Confidencialidade dos dados adquiridos pelos prospectores.
11. Titularidade e processamento dos minerais acessórios.
12. Simultaneidade de Contratos de Prospecção e de exploração – implicações de natureza operacional e fiscal.
13. Implicação da desminagem no prazo dos contratos.
14. Alteração do clausulado ligado ao regime aduaneiro (aguarda-se contribuição da DNA).